

**As Escolas
Comunitárias
Rurais**

**A EXPERIÊNCIA DE
JAGUARÉ - ES
1989/1992**

6

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto



Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Projeto Educação & Desenvolvimento Municipal

Coordenação Geral - UNICEF

Carmen Emília Pérez

Coordenação CENPEC

Maria Alice Setúbal Souza e Silva

Marta Wolak Grosbaum

Equipe Participante

Alfredo José da Veiga Neto	RS
Ana Maria Petronetto	ES
Anamérica Prado Marcondes	SP
Deise Aparecida M. de Oliveira	SP
Eny Marisa Maia	SP
Graziani Gervázio Fonseca	PI
Heitor Matallo Jr.	PI
José Melquiades Ursi	PR
Maria Auxiliadora C. Araújo Machado	MG
Maria Bernadette Castro Rodrigues	RS
Maria Cândida Raizer C. Perez	SP
Maria Cecília Antunes Aguiar	PE
Maria Isabel Pedrosa	PE
Maria de Lurdes Salviato	ES
Maria Luíza de Almeida Cunha Ferreira	MG
Maria Neiara Oliveira de Araújo	CE
Neide Cruz	SP
Nelson D. Tomazi	PR
Nohemy Ibanez	CE
Sebastião Haroldo de Freitas C. Porto	SP
Sérgio Vasconcelos Luna	SP
Sofia Lerche Vieira	CE

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
A Experiência do Município de Jaguaré	15
I - Dados Básicos	17
Rede Escolar Básica	20
Ficha-Resumo	21
II - O Problema e seu Contexto	23
1. A Situação Sócio-Econômica	25
2. A Situação Educacional	26
3. A Situação Política	27
III - A Política Norteadora da Proposta Educacional	29
IV - A Proposta Educacional	33
V - A Implementação das Ações	37
1. Fortalecimento Institucional e Gestão do Sistema	40
2. Democratização do Acesso e da Permanência das Crianças nas Escolas da Zona Rural	41
3. A Metodologia das Escolas Comunitárias Rurais	42
4. Gestão da Escola e do Sistema	50
5. Melhoria das Condições Físicas das Escolas	53
6. A Valorização dos Profissionais da Educação	56
7. As Parcerias e Alianças	59
VI - Considerações Finais	61
VII - Anexos	67

Apresentação

N

ão basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estatais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas nestes 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e conseqüente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

411 6.6.1.1-

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

Introdução

A análise do sistema educacional brasileiro tem apontado para as desigualdades existentes tanto em nível regional como nas diversas instâncias do ensino. O Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como: alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição, no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série, altos índices de repetência e evasão escolar.

A busca de soluções desses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a sua função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos dos seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim, exige-se que os egressos do sistema escolar possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que os possibilitem entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou as diferentes instituições com os quais mantêm relações, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, buscam-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio, de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços.

O estudo de diferentes experiências educacionais bem-sucedidas e desenvolvidas no âmbito do município tem como objetivo analisar, discutir e divulgar modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não buscamos algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levam em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implementadas, alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido buscamos analisar municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, desenvolvendo projetos que contemplassem fatores como:

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças do meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu *status* como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;

- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando desconcentração e descentralização do sistema educacional, e criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipes;
- o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor privado, etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.

Dentro desse contexto insere-se a experiência de Jaguaré cuja proposta educacional norteou-se pela busca da universalização e a democratização do ensino público com a oferta de uma educação de qualidade que vise a formação integral do cidadão.

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
CENPEC
Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

**A EXPERIÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE
JAGUARÉ**

DADOS BÁSICOS

I

Dados Básicos

Localização

Estado do Espírito Santo - Sudeste do Brasil
Mesorregião do Litoral Norte do Espírito Santo
Microrregião de São Mateus



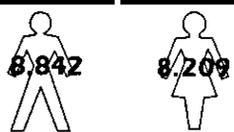
✦ Jaguaré

Demografia

População

10.513 (1980) ————— 17.051 (1991)

Homens	Mulheres	Urbana
8.842	8.209	39,8%
		Rural
		60,2% (1991)



Área Total km²

712,3

Densidade hab/km²

23,94

Taxa de Crescimento Anual

4,49%

Atividades Econômicas Predominantes

Agricultura e Mineração



Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares

Rede Municipal de Ensino - 1991

Creche, Pré-escola e 1º Grau

Nº de Estabelecimentos*	Nº de Alunos
23	901

* Vide Metodologia - Anexo 1.1 - p. 70.

Fonte: Prefeitura Municipal

REDE ESCOLAR BÁSICA

Número de Estabelecimentos e Alunos por Dependência Administrativa - 1989

TIPO DE ENSINO		Pré-Escola		1º Grau		Total Geral	
		T	R	T	R	T	R
FEDERAL	Estabelecimentos	-	-	-	-	-	-
	Nº de Alunos	-	-	-	-	-	-
ESTADUAL	Estabelecimentos	3	2	35	31	38	33
	Nº de Alunos	75	52	3247	1574	3322	1626
MUNICIPAL	Estabelecimentos	3	0	11	8	14	8
	Nº de Alunos	373	0	196	196	569	196
PARTICULAR	Estabelecimentos	0	0	1	0	1	0
	Nº de Alunos	0	0	*	0	*	0

* Dados não disponíveis.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Ensino Fundamental

Universalização do Ensino

- Criação das escolas comunitárias para atendimento da primeira à quinta séries

Melhoria da Escola e do Ensino

- Adoção de uma nova proposta pedagógica: alternância, semi-internato, ação comunitária, estudo da realidade, ficha de pesquisa e cadernos de realidade
- Reforma de conteúdos curriculares

Gestão da Escola e do Sistema

- Criação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
- Criação da Comissão Municipal das Escolas Comunitárias Rurais
- Criação do Conselho Administrativo
- Criação da equipe de monitores
- Criação da equipe de operadores
- Realização de assembléias gerais da comunidade
- Parceria com a Secretaria Estadual de Educação, com a Universidade Federal do Espírito Santo, EMATER e associações comunitárias
- Criação da Comissão Municipal Provisória

Valorização do Magistério

- Realização de concurso público para provimento de cargo no magistério
- Reformulação do Estatuto do Magistério Público
- Plano de Carreira e Vencimentos
- Programa de Treinamento de Professores no Centro de Formação de Pessoal do MEPES

LIÇÕES APRENDIDAS

- Povo organizado e participante é um poderoso aliado do prefeito na expansão e melhoria do ensino
- A educação ganha em eficiência quando ela faz parte do projeto de vida das pessoas e respeita o cotidiano da comunidade
- Vontade, organização e objetivos claros são condições para uma eficiente administração do sistema escolar.
- A autonomia pedagógica e administrativa da escola é fator de estímulo e inovação.

O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

II

1. A Situação Sócio-Econômica

Em 1991, Jaguaré contava com uma população de 17 051 habitantes, dos quais 60,2% viviam na zona rural, ali desenvolvendo suas atividades. Dentre os que viviam em zona urbana, muitos também tinham no campo sua principal fonte de renda.

Em sua maior parte, a população constituía-se de pequenos e médios proprietários que exploravam a terra com mão-de-obra familiar e/ou no sistema de parceria. Outra grande parcela constituía-se de assalariados agrícolas e trabalhadores agrícolas temporários que trabalhavam em fazendas e empresas agrícolas.

A despeito de vir sofrendo a interferência de municípios vizinhos que floresceram como pólos de investimento de grandes capitais no extrativismo mineral (petróleo) e/ou vegetal (eucalipto para industrialização), Jaguaré tem conservado suas características de município com uma economia predominantemente agrícola, voltada para a cultura do café, do feijão, do milho, da pimenta-do-reino e, em menor escala, da mandioca e da batata.

O fenômeno do êxodo rural tem aí ocorrido, em parte provocado pelas pressões que grandes empresas de reflorestamento exercem sobre pequenos proprietários da região para que vendam suas terras. Mas há em curso, também, um processo de concentração de terras praticado por fazendeiros em municípios próximos, que vem obrigando meeiros a abandonarem a região, seja porque o sistema de parceria se desfaz e eles perdem a estabilidade financeira, seja porque os novos proprietários preferem trabalhar com diaristas.

2. A Situação Educacional

Da forma como vem se processando, a educação escolar do município também tem sido um fator que fomenta o êxodo rural, uma vez que obriga famílias a abandonarem o campo, quando não garante a oferta do ensino fundamental completo à população que a ele tem direito e não desenvolve um currículo alternativo que atenda às peculiaridades e necessidades do homem do campo.

Em 1989, por exemplo, as estatísticas educacionais* mostravam que Jaguaré, no atendimento a uma demanda de escolarização de 1º grau (1ª à 8ª série) para 3 301 alunos, dos quais 54,6% viviam na zona rural, contava com um total de 48 escolas das redes estadual e municipal. Dessas, 40 localizavam-se em zona rural e ofereciam apenas o ensino de 1ª à 4ª série. Somente 4 ofereciam o ensino de 1ª à 8ª série, sendo todas escolas urbanas.

Asazonalidade do trabalho rural, ocasionando a retirada do aluno da escola em época de colheita para ajudar nos afazeres do campo e de casa, contribuía para a repetência, a defasagem idade/série e a evasão. Até então não estavam sendo adotados quaisquer mecanismos por parte das escolas e/ou da administração central para atenuar esses efeitos.

O quadro exposto, bastante semelhante ao de outros municípios brasileiros, destaca a existência de uma contradição entre a realidade sócio-econômica do município e a realidade da educação escolar ali oferecida: aquela, exigindo um processo educativo que considere as características agrícolas da região e ao mesmo tempo possibilite o acesso ao conhecimento escolar, melhorando suas condições de vida; esta, urbanizando a criança do campo, obrigando-a e à sua família a se mudarem para os centros urbanos para continuar esses estudos.

* Essas estatísticas foram obtidas junto ao Departamento de Auditoria e Documentação Educacional da SEDUNES.

3. A Situação Política

As comunidades rurais de Jaguaré estavam conscientes de sua problemática. Sob a ação de uma Igreja de postura progressista e a influência de uma Escola-Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES, existentes na região, a população passou a exercer seus direitos de cidadania, que a tem levado a reivindicar a oferta, em área rural, de uma educação escolar que contemple a realidade do campo e esteja a serviço do seu desenvolvimento. Essas reivindicações não vinham encontrando respostas por parte da administração municipal.

O MEPES, presente em todo o Estado do Espírito Santo, chegou a Jaguaré há mais de 20 anos. Veio através de um padre da região que chamou a atenção da comunidade para a necessidade da criação de uma escola que considerasse a vocação do município – a agricultura – e as peculiaridades da vida rural. A comunidade se interessou e construiu a primeira sala que se ampliou, depois, numa escola de 1ª à 8ª série, onde as crianças têm estudado. Visto que essa escola também tem por meta o crescimento do aluno como ser político, seus egressos, hoje residentes nessas comunidades, participam ativamente de todas as atividades ali desenvolvidas.

O departamento responsável pela educação não estava tecnicamente estruturado, não existindo especialistas para desempenhar as funções que lhes cabiam. Não tinha autonomia, estando diretamente ligado ao gabinete do prefeito.

As ações que desenvolvia priorizavam o esporte. Ademais, o corpo docente que atuava nas escolas da rede não estava devidamente preparado para enfrentar os desafios e dificuldades inerentes à realidade das escolas unidocentes.

**A POLÍTICA
NORTEADORA
DA PROPOSTA
EDUCACIONAL**

III

Em 1989, um novo governo se instalou no município. Propunha uma gestão de participação popular, incentivando as comunidades a que se organizassem em associações e sindicatos* através dos quais pudessem discutir seus problemas e lutar por seus direitos. Ao mesmo tempo, procurava reverter os efeitos de uma política clientelista já enraizada “que comprometia o povo, mas não se comprometia com ele”.

Uma de suas metas era evitar o êxodo rural. Para tanto, fazia-se necessário um conjunto de medidas dirigidas para a melhoria das condições de vida na área rural.

As comunidades foram envolvidas nas discussões desencadeadas, identificando áreas problemáticas, propondo soluções e estabelecendo as prioridades de atendimento, dentre as quais se destacavam medidas voltadas para o setor específico da educação.

Propunham para este setor a garantia de atendimento às várias comunidades rurais do município com a oferta do ensino de 1º e 2º graus, em cujas escolas se propiciasse uma educação de qualidade alternativa que não afastasse os alunos da sua realidade e respeitasse as atividades desenvolvidas no campo.

Ficou acordado, então, que seriam criadas escolas comunitárias rurais, destinadas a uma clientela na faixa etária de 11 a 17 anos egressa das escolas unidocentes e pluridocentes da região. Essas escolas ofereceriam o ensino de 5ª à 8ª série, deslocando para a Escola-Família Agrícola do MEPES o ensino de 2º grau. Mais tarde, elas se acoplariam às escolas unidocentes, oferecendo, também, o ensino de 1ª à 4ª série. As primeiras escolas seriam

* Jaguaré hoje possui mais de 20 Associações de Pequenos e Médios Produtores e 3 Sindicatos, dentre os quais se destaca o dos servidores públicos municipais.

instaladas em comunidades identificadas a partir de critérios previamente estabelecidos.

Conhecedoras do projeto pedagógico desenvolvido pela Escola-Família Agrícola do MEPES, as comunidades, cujos moradores eram em grande parte egressos dessa escola, assumiram com a Administração Municipal sua responsabilidade na proposta do tipo de escola que queriam.

No bojo das discussões realizadas para a montagem do projeto das Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), as comunidades definiram a escola que queriam, dizendo que características deveria ter para atender aos anseios da população do campo. Elegeram representantes para compor, com a Secretaria Municipal de Educação, uma Comissão Municipal Provisória, à qual caberia, dentre outras tarefas, a de manter a unidade dessas escolas.

Partilhavam, assim, as responsabilidades sobre a criação e gestão, bem como sobre o projeto pedagógico das Escolas Comunitárias Rurais.

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL**

IV

Em suas diretrizes gerais, o projeto das Escolas Comunitárias Rurais refletia a filosofia da Escola-Família Agrícola do MEPES. Tinha por princípio o desenvolvimento de uma educação que partia da realidade rural e para ela se voltava, contando com a participação efetiva de todas as pessoas envolvidas no processo educativo: alunos, pais, professores, moradores e lideranças da comunidade. O ponto de partida desse processo seria o respeito ao cotidiano e à história da comunidade. A criança não se afastaria da sua realidade, tendo a escola como um espaço concreto de reflexão sobre o seu cotidiano, bem como de ampliação da sua compreensão do mundo, através do acesso ao saber sistematizado e da construção do conhecimento.

Era preciso, portanto, que a escola empregasse uma metodologia capaz de assegurar a consecução das metas que pretendia alcançar, tivesse um corpo docente e uma assessoria pedagógica devidamente capacitados para enfrentar os desafios que lhe eram postos e tivesse, ainda, a comunidade como ponto de partida e suporte para as atividades que ali fossem desenvolvidas.

Além disso, era preciso garantir o apoio e a cooperação dos órgãos próprios da administração Estadual e/ou Municipal, bem como de outras organizações e da própria comunidade, a existência legal dessas escolas, as condições estruturais necessárias ao seu funcionamento e um sistema de acompanhamento e avaliação do seu desempenho.

No que tangia aos custos necessários à implantação e implementação da proposta, as responsabilidades também se dividiam entre a própria Administração Municipal, as famílias dos alunos e os outros moradores das comunidades em que se ergueriam as escolas.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

V

Para que as ações propostas pudessem ser implementadas, várias providências foram tomadas junto a diferentes instâncias.

1. Fortalecimento Institucional e Gestão do Sistema

O departamento responsável pela Educação transformou-se na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEMEC), ganhando autonomia e incorporando ao seu pessoal, através de concurso, uma equipe de três especialistas: um coordenador pedagógico para as escolas de 1º grau, um orientador educacional e um coordenador pedagógico para as creches e pré-escolas.

Essas medidas criavam um órgão mais bem estruturado e mais capacitado de apoio administrativo e pedagógico às Escolas Comunitárias Rurais.

Após discussão e aprovação do projeto por assembléias comunitárias regionais, sob a liderança da Comissão Municipal Provisória, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes montou o processo de criação da Escola Comunitária Rural e encaminhou-o ao Conselho Estadual de Educação, dele merecendo autorização para funcionamento (Res. CEE nº 48/91, de 16/09/1991).

A Administração Municipal tomou as medidas necessárias para que as escolas fossem criadas. Desse modo, através do Decreto nº 444, de 29 de dezembro de 1989, foram criadas as Escolas Comunitárias Rurais de São João Bosco e do Giral, que começaram a funcionar em 1990. Em 26 de fevereiro de 1992, através do Decreto nº 15, foi criada a escola de Japira, que começou a funcionar nesse mesmo ano*.

* As escolas abriam-se com 30 a 40 vagas, iniciando-se com a 5ª série.

2. Democratização do Acesso e da Permanência das Crianças nas Escolas da Zona Rural

A identificação das comunidades onde se instalariam as escolas se fez tomando-se como critérios suas condições geográficas e sócio-econômicas. Seriam escolhidas aquelas que congregassem um número considerável de comunidades num raio de 4 quilômetros, bem como aquelas cujos moradores pudessem hospedar, para dormir, alunos não residentes na vizinhança. Tentava-se garantir, dessa forma, o atendimento a toda a demanda de 5^a à 8^a série de comunidades próximas à escola. Com base nesses critérios, as comunidades escolhidas foram São João Bosco, Giral e Japira, estando em estudo a criação de uma nova escola em São João do Estivado.

Por ser uma região carente em que grande parte dos moradores se constituía de meeiros e diaristas, São João Bosco foi a única a não preencher totalmente os critérios de escolha. Entretanto, congregava ao seu redor um grupo de sete comunidades. Giral e Japira, onde residiam em maior número famílias de pequenos e médios proprietários, reuniam, respectivamente, seis e quatro comunidades.

Em razão dos princípios que norteavam a proposta e que se refletiam nos objetivos que as escolas deveriam perseguir, na metodologia que deveriam adotar, no padrão de gestão que as iriam orientar e, até mesmo, nas condições estruturais necessárias ao seu funcionamento, outras medidas vieram somar-se às primeiras.

3. A Metodologia das Escolas Comunitárias Rurais

O

ponto de partida do processo educacional que se desenvolve nas ECOR é a própria realidade do aluno do meio rural, ou seja, são suas vivências, seus costumes, as formas de produção, o trabalho e as relações que são partes integrantes de sua vida.

Dentro desse processo educativo, relacionar a vida à escola e a escola à vida implica não afastar o aluno de sua realidade.

Tendo tais pontos como pressupostos, as ECOR desenvolvem uma metodologia própria, concretizada num plano de formação que compreende os seguintes componentes: a alternância, o semi-internato, a ação comunitária, o estudo da realidade e a ficha de pesquisa.

Num regime de alternância, o tempo de formação dos alunos compreende períodos de atividades concentrados na escola alternados com períodos de atividades desenvolvidas em casa e na comunidade, com o aluno engajado no trabalho. O regime de alternância relaciona trabalho e estudo bem como reflexão e ação.

Os períodos de atividades concentrados na escola desenvolvem-se num regime de semi-internato. Por uma semana, dependendo do local em que mora, ou o aluno vem para a escola pela manhã e volta para casa à tarde, ou hospeda-se diretamente na escola, ou em casa de moradores da comunidade onde se situa a escola. Em semi-internato, através de trabalhos e vivências em grupo, os alunos refletem e analisam conjuntamente sua própria realidade e a dos colegas. Esse exercício contribui para a recuperação e a valorização de hábitos sociais, bem como para a superação do individualismo.

Os períodos vividos na família e na comunidade

são momentos em que o aluno consolida e socializa os conhecimentos adquiridos na escola e/ou colhe as informações sobre sua realidade, que desencadearão novas atividades e conhecimentos na escola. Esses períodos implicam a Ação Comunitária, visto que são momentos em que a família acompanha e participa do processo educativo do aluno e, juntamente com a comunidade, colabora na elaboração das atividades planejadas pela escola que o aluno traz para casa.

O Estudo da Realidade compreende o conjunto de todos os estudos que o aluno faz sobre os diversos aspectos de seu meio social: o trabalho, as vivências, as técnicas, as organizações etc. Desenvolve-se durante o curso, envolvendo a participação dos pais, de pessoas da comunidade e com a orientação dos monitores. Decorre do desenvolvimento e ampliação de fichas de pesquisa, sendo todos os seus produtos registrados no Caderno da Realidade.

As Várias Fases do Processo de Avaliação: O Momento da Auto-Avaliação de Convivência

Convivência

"Eu acho que eu não faço distinção de ninguém. Apesar de que, eu evito brincar ou conversar com certas pessoas que são um tanto ignorantes. Evito também conviver com pessoas que tenham alguma doença (coceiras, piolhos etc.).

Gosto de respeitar os direitos dos outros pra poder exigir que o meu seja respeitado. Detesto quando os problemas ficam sem solução ou só são resolvidos parcialmente, por isso às vezes fico muito nervosa.

Evito falar coisas que possam ofender os outros, pois sou muito sensível e qualquer coisa que os outros falam me ofende inteiramente.

Odeio quando alguém interrompe o que estou falando para me contradizer. Fico muito irritada quando duvidam do que eu falo; por esse motivo tento sempre falar a verdade. Gosto de ajudar os outros a lutarem por seus direitos. Gosto que numa brincadeira todos participem, não gosto que ninguém se sinta desvalorizado.

Participação

Aulas: Eu tento participar das aulas da melhor maneira possível, apesar de que às vezes perco toda a atenção. Principalmente se o professor não estiver inspirado ou repetir por muitas vezes a mesma coisa. Gosto muito de questionar a matéria que está sendo explicada para não ficar com dúvidas. Tenho medo de atrapalhar por causa das perguntas. Às vezes também converso com os colegas a meu lado, mas na maioria das vezes depois que terminei os exercícios.

Tarefas: Todas as tarefas que faço, eu procuro fazê-las bem feitas; apesar de que nem sempre terminam bem feitas, pois não são feitas só por mim. Às vezes eu penso que gostaria de realizar a tarefa sozinha, pois seria mais fácil, mas vejo que não é possível porque às vezes as tarefas são muito difíceis.

Trabalho de grupo: Sempre procurei ajudar nos grupos que fiz parte. Gosto que todos participem lendo, expressando suas idéias etc. Odeio quando fazem bagunça.

Eventos: Participo fazendo o melhor possível, não só participando, mas também ajudando.

Organização

Materiais pessoais: Sempre tento organizar os meus materiais não deixando em qualquer lugar. Gosto que minhas apostilas e cadernos estejam sempre organizados, apesar de que nem sempre é possível por falta de tempo etc.

Materiais de Escola: Cuido-os como se fossem meus.

Normas da Escola: Respeito como posso todas as normas da escola. Tento nunca passar dos horários, principalmente o horário de dormir. Apesar de que eu acho este horário um pouco cedo.

Comportamento: Eu me considero uma pessoa comportada, já que evito dar chances de ser chamada a atenção. Quando faço algo errado, não gosto de levar bronca ou esporros, mas gosto que conversem comigo com educação, pois assim estarão contribuindo com a minha educação sem prejudicar ninguém.

Aprendizagem: Eu acho que aprendi muitas coisas nessa escola e acho que tenho certa facilidade em aprender as coisas, mas acho que há tempos atrás eu tinha mais atenção e agora, às vezes, fico muito despercebida durante a aula.

Propostas de mudança: Gostaria que os meninos fossem mais amigos das meninas e as meninas fossem mais unidas.

Gostaria também que os professores conversassem (dialogassem) mais com os alunos ... e fizessem os alunos se sentirem valorizados."

A Ficha de Pesquisa é o instrumento que desencadeia o processo educativo. É um questionário que o aluno elabora na escola sob a orientação dos monitores, para ser respondido em casa, pela família e/ou outras pessoas da comunidade. Na escola, as respostas são analisadas, discutidas e sistematizadas pelos alunos e professores, servindo de base para o planejamento e desenvolvimento de todas as atividades de ensino. É dessa forma que se faz a relação vida-escola-vida.

3.1 As Inovações Pedagógicas

Os princípios subjacentes ao projeto pedagógico das Escolas Comunitárias Rurais refletidos em seus objetivos implicam a existência de uma escola com um novo papel: ela deve desenvolver uma Educação que contemple efetivamente a realidade da vida no campo, partindo dela e dirigindo-se para ela; assim fazendo, ela deve envolver diferentes agentes educativos inseridos nessa realidade sem afastar o aluno do seu ambiente familiar e comunitário.

Os componentes do plano de formação através dos quais a pedagogia se concretiza no dia-a-dia da escola têm repercussões no currículo, nas interações que se fazem entre os alunos, entre eles e outros agentes educativos, nos procedimentos do professor, no processo de avaliação, no papel dos conteúdos curriculares, no calendário escolar e no aproveitamento dos dias letivos.

O currículo, por exemplo, além dos conteúdos das áreas de estudo e disciplinas obrigatórias para o ensino de 1º grau, com o objetivo de garantir a unidade do sistema de ensino nacional, incorpora as disciplinas de Zootecnia, Agricultura e Prática na Propriedade. Incorpora, ainda, diferentes atividades tais como: visitas de estudo na propriedade e fora dela, viagens de estudo, estágio de convivência e estágio técnico.

O planejamento das aulas de cada disciplina se faz a partir das sínteses das fichas de pesquisa e/ou estágio, respondidas junto com a família e a comunidade.

Essas fichas derivam de temas geradores relacionados ao existencial do aluno, isto é, ao seu modo de viver como parte integrante de uma cultura.

Os temas são trabalhados por bimestres de 5 períodos.

Em cada período, o aluno alterna uma semana de atividades na

escola com uma semana de atividades em casa, onde dá continuidade ao processo desenvolvido na escola. Este é, inclusive, um momento de troca: “O aluno traz as experiências da escola para casa e leva as de casa para a escola”. “... A escola faz com que toda a família estude”. Ademais, atende às suas necessidades, quando permite ao aluno estudar e, ao mesmo, ajudar nos trabalhos de casa e da lavoura.

O calendário de funcionamento da escola se ajusta a essas peculiaridades e, sem ferir a lei no que tange ao mínimo de dias letivos a serem cumpridos, contribui para a redução dos índices de evasão escolar quando estes decorrem de problemas sócio-econômicos da família.

O estudo da realidade que assim se vai compondo e o regime de alternativa que envolve o semi-internato e a ação comunitária pressupõem interações diversas que se fazem tanto melhores quanto melhor for o nível de convivência do aluno com seus colegas, monitores, pais e membros da comunidade, e o seu engajamento com a escola e a comunidade. Para melhorar esses níveis de convivência e engajamento, não só contribuem as atividades planejadas, avaliadas e desenvolvidas pela escola, como as visitas que os monitores fazem às famílias e à comunidade em geral, procurando conhecer melhor o aluno e sua realidade para melhor lidar com eles.

O Dia-a-Dia das Escolas Comunitárias Rurais

Os alunos chegam à escola para mais uma semana de atividades. Trazem alimentos dados pela família ou por outros moradores da comunidade onde residem: arroz, feijão, café, fubá, macarrão, óleo, frutas, verduras...

Orientados pelos monitores e tendo por base temas geradores relacionados à sua realidade, preparam a ficha de pesquisa. Ao mesmo tempo, desenvolvem atividades escolares planejadas para o período, trabalham na horta, cuidam de suas coisas e das coisas da escola.

Uma vez que a escola funciona em tempo integral, fazem ali suas refeições: o café da manhã, o almoço, o lanche da tarde e o jantar.

Se moram na comunidade, voltam para casa no fim do dia. Se não, pernoitam na escola ou em casas de moradores vizinhos.

No período que ali passam, interagem com os monitores, os colegas e serventes, realizando trabalhos em grupo, desenvolvendo projetos agrícolas, estudando, lendo, desenvolvendo atividades culturais e de lazer.

Fimda a semana, voltam para casa levando a ficha de pesquisa e outras atividades propostas pela escola. Ali, engajados nos trabalhos de casa e do campo, ficam por uma semana, ocasião em que interagem com a família e a comunidade, consolidando e socializando os conhecimentos adquiridos na escola. Com a ajuda da família e da comunidade, respondem a ficha de pesquisa, levantando todas as informações que são possíveis sobre o tema estudado.

Vem uma outra semana, eles voltam e se reúnem com os colegas e monitores para colocar as respostas encontradas, ouvir as dos colegas, analisá-las e refletir sobre elas. Em grupo, então, fazem a síntese das colocações.

Reunidos, os monitores analisam e discutem a síntese apresentada, destacando temas que se relacionem aos conteúdos de suas disciplinas, em torno dos quais planejam e desenvolvem suas aulas e programam atividades de enriquecimento.

As atividades de enriquecimento compreendem palestras, feitas por pessoal especializado ou por pessoas da comunidade possuidoras, mesmo que empiricamente, do saber relacionado ao assunto de interesse. Compreendem visitas a propriedades rurais, estágios de convivência, estágios técnicos e viagens de estudo das quais também participam os pais.

Com o desenvolvimento das aulas e a realização das atividades propostas, os alunos vão aprofundando as fichas de pesquisa, ilustrando, anexando-lhes relatórios, redações, fotografias etc, montando, assim, o Caderno da Realidade.

A implementação da experiência também implicou nova visão para a avaliação. Além de focalizar a aprendizagem do aluno naquelas dimensões que a escola se propôs desenvolver, deslocou-se para a instituição como um todo e para a própria comunidade.

Na escola, os alunos avaliam, se avaliam e são avaliados. Participam dessas avaliações, além dele próprio, os colegas, os monitores, os pais e o Conselho Administrativo.

Há avaliações semanais em que se discutem as atividades desenvolvidas na semana, bem como aspectos do funcionamento da escola. Alunos e monitores discutem os trabalhos, as aulas, o nível de convivência, a participação, a alimentação etc., destacando pontos positivos e negativos e propondo mudanças.

A cada semestre é feita uma avaliação de convivência. É uma avaliação cooperativa que se faz em dois momentos: com o monitor, individualmente, e com o grupo de colegas.

No final do ano, há a avaliação de engajamento em relação à escola, aos colegas e à comunidade. Aqui, diferentes aspectos são abordados: a atuação do Conselho, da Secretaria Municipal de Educação, dos pais e da equipe de monitores, as visitas às famílias, as viagens de estudos, as fichas de pesquisa, o estágio, a aprendizagem do aluno, a propriedade e a alimentação.

É também uma avaliação institucional da qual participam o Conselho Administrativo, os monitores, os pais, a comunidade, apontando pontos positivos e negativos e propondo soluções. Os resultados alimentam as reuniões da Assembléia Geral.

A avaliação da aprendizagem do aluno se faz ao longo do ano sendo a única a que se atribuem notas. É feita em função dos trabalhos realizados, das provas e testes sobre o conteúdo da matéria de ensino, das fichas de pesquisa ou de estágio, e engloba um componente de auto-avaliação, a participação.

Por sua vez, as escolas como um todo não deixam de ser objeto de avaliação por parte da Comissão Municipal das Escolas Comunitárias Rurais, que acompanha seu funcionamento nos diversos aspectos que lhe são afetos.

Fonte: Diário de Campo de Pesquisador.

4. Gestão da Escola e do Sistema

Nos moldes propostos, o projeto das Escolas Comunitárias Rurais implicou adotar um novo modelo de gestão, caracterizado pela descentralização. A escola tem sua política própria. Ganhou autonomia em relação à Secretaria Municipal de Educação, quando o poder e a autoridade para a tomada de decisões nas áreas administrativas e pedagógicas se deslocaram e passaram a ser exercidos por instituições escolares compostas de representantes dos vários segmentos envolvidos no processo educativo. São eles: o Conselho Administrativo, a Assembléia Geral da Escola, a coordenação (direção) e a equipe de monitores. Ao mesmo tempo, garantiu-se a unidade entre elas, através da Comissão Municipal das Escolas Comunitárias Rurais.

O Conselho Administrativo responde pelo recrutamento de novos alunos para a escola através da conscientização dos pais e da comunidade sobre suas características educacionais. Responde, também, pelo acompanhamento e avaliação do aluno e propõe, com a equipe de monitores, o calendário das atividades para apreciação e aprovação pela Assembléia Geral e a Secretaria de Estado da Educação.

Compõem esse Conselho:

- o coordenador (diretor) e o secretário da escola;
- um representante de cada comunidade no raio de atendimento da escola, eleito pela comunidade;
- um representante dos pais, eleito pela Assembléia Geral;
- um representante dos alunos, eleito por seus pares.

O Conselho Administrativo elege um de seus membros para exercer a função de presidente. O presidente deverá ser, necessariamente, um agricultor. A ele cabe representar a escola em todos os eventos, convocar e presidir as reuniões do Conselho, fiscalizar o funcionamento da escola e empenhar-se na manutenção de seus princípios estabelecidos para as Escolas Comunitárias Rurais. As reuniões ordinárias do Conselho são bimestrais.

A Assembléia Geral da Escola é constituída por representantes das famílias dos alunos, pelo Conselho Administrativo e pela Equipe de Operadores, tendo como funções:

- tomar decisões sobre as atividades administrativas e pedagógicas;
- participar do programa de formação dos alunos e responsabilizar-se por eles;
- participar das atividades administrativas, da construção e conservação do patrimônio da escola.

As reuniões da Assembléia Geral realizam-se duas vezes ao ano.

A equipe de monitores se compõe de professores e serventes. Além de se responsabilizarem pelas atividades docentes, os monitores assumem funções de ordem administrativa, de acordo com suas capacidades e as exigências da escola.

Um dos monitores acumula a função de coordenador e outro, a de secretário, sendo ambos escolhidos por seus pares.

Além de participarem das reuniões dos órgãos de que são representantes, os monitores costumam se reunir internamente para planejar suas atividades e/ou discutir questões administrativas e pedagógicas relativas à escola.

A Comissão Municipal das Escolas Comunitárias Rurais é composta pelos presidentes das escolas, pelos coordenadores e por um representante da Secretaria Municipal de Educação. Além de promover a articulação com a Secretaria Municipal de Educação, compete a essa Comissão:

- manter a unidade pedagógica das escolas e o relacionamento entre elas;
- formar a equipe docente de cada escola;
- encaminhar o plano de ação do conjunto das escolas.

A Comissão Municipal das Escolas Comunitárias Rurais é coordenada por um representante da Secretaria Municipal de Educação.

A cada dois meses, a Comissão Municipal e o Conselho Administrativo se reúnem ordinariamente para analisar e avaliar o andamento do projeto, tomando por base suas diretrizes gerais.

5. Melhoria das Condições Físicas das Escolas

Uma outra face do projeto relaciona-se às condições estruturais necessárias ao funcionamento das escolas aqui incluídas: instalações físicas e materiais.

Nem todos os prédios em que funcionam as escolas são próprios. Enquanto não é possível construí-los, elas ocupam dependências emprestadas pela comunidade. O material necessário à construção bem como o mobiliário para equipá-las é adquirido pela Administração Municipal. A escola é construída, em mutirão, por pais dos alunos, membros da comunidade e pedreiros da Prefeitura, em terrenos cedidos pela comunidade. Orienta-se por uma planta em que estão definidas as dependências necessárias: salas de aula, secretaria, biblioteca, refeitório, cozinha com despensa, dormitório para monitores e banheiros. Nem sempre é necessário que o prédio possua dormitório para alunos, já que à comunidade cabe hospedar os que moram em locais mais distantes.

Já possuem prédios próprios as Escolas Comunitárias de São João Bosco e Giral. Esta última, no entanto, ainda não ocupa esse espaço porque lhe falta o mobiliário necessário. A de São João, por outro lado, embora funcione em prédio próprio, continua ocupando dependências da Casa Canônica da região como dormitório.

Seja em prédio próprio ou não, as escolas possuem, ainda, uma área para o desenvolvimento de pequenos projetos agrícolas, que constituem parte do currículo da escola.

O mobiliário é bem simples, consistindo daquilo que é estritamente necessário e suficiente ao bom andamento da escola.

Não há excessos nem variedades de recursos didáticos a não ser livros, mapas, revistas etc., e uma pequena

biblioteca de apoio às atividades dos alunos. Mas são usadas estratégias para garantir, por exemplo, a apresentação de vídeos, de programas de TV, de *slides*, a duplicação de materiais impressos para as aulas, bem como para possibilitar que os alunos façam uso da Biblioteca Municipal localizada na sede, através de sistema de empréstimo feito por eles mesmos ou por seus monitores. Ao lado desses recursos, também se encontram os utensílios que os alunos utilizam nos projetos agrícolas.

As responsabilidades com o provimento às escolas do mobiliário, dos equipamentos e recursos didáticos e dos utensílios agrícolas se dividem entre a Administração Central e a comunidade, cabendo àquela, bem como à SEDU/ES suprir os alunos com o material escolar (cadernos, lápis, borracha, lápis de cor, papel etc.).

Por sua peculiaridade de funcionamento, as Escolas Comunitárias Rurais oferecem aos alunos, diariamente, de três a cinco refeições, conforme o caso. Os alimentos necessários ao preparo dessas refeições são, em sua grande maioria, fornecidos pelos pais dos alunos e moradores das comunidades servidas pela escola. Verduras e, às vezes, frutas, também podem ser obtidas na própria escola, em razão dos projetos agrícolas que os alunos desenvolvem em suas aulas. A Prefeitura Municipal contribui também, mas com uma parcela bem pequena.

A Biblioteca e 'O Escritor na Cidade'

Dentre as iniciativas desenvolvidas na atual administração de Jaguaré, merece destaque a Biblioteca Municipal Ana Sossai de Lima, pelo que contribui para melhoria da qualidade do ensino oferecido no município.

Partindo do pressuposto de que "se investirmos na leitura da criança, teremos jovens que lêem e que até podem vir a ser escritores", a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes investiu na idéia e, em 1990, foi criada a Biblioteca.

A Prefeitura adquiriu o acervo inicial, fez assinaturas de revistas e equipou a biblioteca com videocassetes, episcópio e projetor de slides.

A comunidade também foi envolvida e, em 1991, conseguiu angariar fundos para a aquisição de mais livros e a assinatura de outras revistas, material esse que hoje constitui um terço do acervo total. Foram feitas assinaturas das revistas *Isto é*, *Veja*, *Exame*, *Leia*, *Revista do Professor*, *Saúde*, *Família Cristã*, *Ciência Hoje*, *Ciência Hoje Infantil*, *Revista Geográfica*. Os escassos recursos, porém, impediram que essas assinaturas fossem renovadas em 92.

A idéia da biblioteca se difundiu entre a criançada que passou a procurá-la cada vez com maior freqüência. Aberta todos os dias, desde a manhã até a noite, ela se tornou o local onde seus usuários vão realizar trabalhos de pesquisa, onde lêem ou fazem empréstimo de livros. A tal ponto o local é procurado que as 944 visitas registradas em maio de 1992 subiram para 3 653, em agosto.

Em sua maior parte, os usuários são crianças das pré-escolas e de escolas urbanas e rurais de 1º grau, já que o acervo atende mais a esse tipo de clientela, mas são, também, os alunos do 2º grau, os professores e alguns leitores da comunidade. Fazem-se sócios, pagam uma taxa e se deleitam com as leituras que fazem. Quando não devolvem o livro no tempo devido, pagam multa. Quando o perdem, responsabilizam-se por sua reposição.

O atendimento aos alunos de escolas rurais se faz graças a um sistema de transporte que a Prefeitura Municipal criou com a compra de ônibus escolares. Desse modo, esses alunos e/ou monitores vêm a sede onde ou fazem as consultas no próprio local, ou usam o sistema de empréstimo.

Os resultados são visíveis: Jaguaré, por exemplo, foi uma das quatro cidades do Espírito Santo contempladas com o projeto *O Escritor na Cidade*, promovido pela Biblioteca Nacional. Destacou-se pela sua característica de possuir entre seus habitantes um grande número de crianças leitoras. Dentro desse projeto, um escritor do próprio Estado ou de Estado vizinho visita a cidade, conversa com os leitores, fala de suas obras, conta a história de sua vida.

As crianças de Jaguaré valorizaram a iniciativa. Participaram dos encontros e palestras, fizeram longas filas para obter o autógrafo do escritor e, o que é melhor, aumentaram ainda mais suas visitas à Biblioteca.

Fonte: Diário de Campo de Pesquisadores - 1992.

6. A Valorização dos Profissionais da Educação

Para que as escolas começassem a funcionar, foi preciso recrutar professores e, por sua especificidade, técnicos agrícolas. A rede municipal de ensino não estava estruturada para isso, possuindo um corpo docente de apenas 8 professores de escolas unidocentes (1ª à 4ª série), nem todos com a qualificação legalmente exigida para atuação nessas séries.

O Concurso Público realizado em 1989 pela Administração Municipal resolveu em parte o problema, já que, através dele, não se conseguiu o pessoal com a qualificação necessária prevista no Art. 30 de Lei nº 5.692/71 para o ensino de 5ª à 8ª série. Através dele, foi possível apenas recrutar um número ainda não satisfatório de professores com formação para o magistério em nível de 2º grau e técnicos agrícolas com formação também nesse nível. Foi preciso, então, contratar outros, não se conseguindo que este pessoal tivesse a qualificação desejada.

De conformidade com o Art. 19 do Regimento Comum das Escolas Comunitárias Rurais, esse pessoal, uma vez que não devidamente qualificado e tendo em vista as exigências impostas por este tipo de escola, deveria acrescentar à sua formação mais um ano de estudos específicos, que seriam realizados em Centro de Formação de Pessoal do MEPES. Muitos assim fizeram, sendo capacitados para se aprofundar na sistemática de funcionamento da escola, para conhecer os fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos e psicológicos da Educação, e para se especializar numa dada área do conteúdo.

Esses estudos realizaram-se em Anchieta, município do sul do Estado, onde o MEPES tem um Centro de Formação de Pessoal.

Os gastos com esse treinamento foram assumidos pela Administração Municipal que, preocupada com a valorização dos profissionais da educação, implementou uma política de capacitação docente permanente e uma política salarial mais estimulante.

A partir dessa política de capacitação docente, a Secretaria Municipal de Educação tem oferecido cursos em áreas de Fundamentos da Educação e em áreas técnicas e específicas de conteúdo, atingindo, inclusive, outros profissionais envolvidos nas demais experiências educacionais em andamento; presta assessoria pedagógica periódica às escolas; promove reuniões semanais por áreas e garante no calendário do ano letivo momentos para planejamentos integrados.

A Prefeitura Municipal de Jaguaré desenvolve, ainda, as seguintes experiências educacionais: Programas de Creches e Pré-Escolas, de Educação Alternativa para alunos com problemas, de Alfabetização de Adultos Servidores Públicos e de Viveiros Municipais, este último objetivando o atendimento a meninos de rua.

Em decorrência da implantação e implementação das Escolas Comunitárias Rurais bem como de outras experiências, a Administração Municipal, através da Lei 190/90 de 19 de dezembro de 1990, fez anexar ao Estatuto do Magistério Público do Município de Jaguaré (Lei 067/87, de 17 de agosto de 1987) um novo quadro de pessoal permanente, o quadro de livre nomeação e exoneração da Secretaria Municipal de Educação e o que estabelece as carreiras e classes com seus respectivos vencimentos.

Atualmente, o Estatuto do Magistério foi incorporado ao Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Jaguaré, aprovado e sancionado pela Lei nº 263/92, de 22 de setembro de 1992.

Dentro da política salarial que propôs, os salários são pouco mais altos que aqueles pagos ao pessoal do magistério estadual. A política privilegia os monitores que atuam nas Escolas Comunitárias Rurais cujos vencimentos correspondem ao dobro do que está estabelecido para outros profissionais do mesmo nível de carreira. Argumentou-se, para isso, que esses monitores estão em dedicação exclusiva à escola, às atividades que ali desenvolvem e aos trabalhos que realizam integrados à comunidade. Segundo foi possível apurar, isto se deve ao fato de que o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores

Públicos do Município de Jaguaré não prevê situações de dedicação exclusiva, não estando garantido o pagamento de salários mais altos para os que se encontrem nessa situação.

7. As Parcerias e Alianças

A implementação da experiência das Escolas Comunitárias Rurais deve-se, sobretudo, às alianças com as próprias comunidades que participaram de todos os momentos da elaboração e implantação do projeto, e se responsabilizaram por sua implementação, destacando-se com uma atuação de peso em todos os sentidos.

Por outro lado, fizeram-se parcerias com a Universidade Federal do Espírito Santo, dentro da política de capacitação docente; com a EMCAPA e a EMATER, no sentido do enriquecimento do currículo da escola, através de palestras, oferta de estágios técnicos e viagens de estudo; com o próprio MEPES, através de assessorias para a montagem do projeto e do apoio às atividades de capacitação do professor; com a Igreja, através de palestras de interesse dos alunos ou da cessão de suas dependências como alojamento.

As responsabilidades se dividiram bem como os custos que, por conseguinte, diminuiram uma vez que se distribuíram entre os interessados.

Os gastos com o material de construção, o mobiliário da escola, a alimentação, o alojamento de alunos, as áreas para a escola, a construção propriamente dita, o pagamento dos monitores e serventes, o material didático, equipamentos e utensílios, o material escolar foram todos assumidos pela Administração Municipal, pois de alunos e comunidade, em parcelas diferentes.

A Prefeitura Municipal tem destinado à Educação um percentual superior aos 25% que é obrigada a aplicar. Entretanto, a receita do município, compreendendo as arrecadações (ISS e IPTU) e os repasses (ICMS e FPM) deixa a desejar, não lhe permitindo assumir totalmente os custos desse projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI

Embora recentemente emancipado e ainda carecendo de condições propícias, o município ousou propor e implementar experiências educacionais inovadoras num processo de participação popular, reunindo pouco a pouco as condições necessárias para que elas pudessem se consolidar.

A Administração Municipal e as comunidades organizadas mostraram vontade política para isso. Utilizando estratégias diversas tais como: a abertura de concursos públicos; o recrutamento de pessoal especializado; a ampliação da rede, a construção e manutenção de escolas; os programas de capacitação do professor; as assessorias pedagógicas; a criação de oportunidades para planejamentos integrados e reuniões de grupos de estudo; o incentivo à formação de associações, à formação de parcerias e alianças, mostraram competência para gerir as ações empreendidas.

Alguns pontos críticos foram identificados pelos próprios sujeitos envolvidos na experiência, principalmente no que tange à sua consolidação e as possibilidades de estendê-la a outras comunidades interessadas.

Um desses aspectos críticos relaciona-se à carência na região de pessoal devidamente habilitado para assumir os trabalhos exigidos pela escola. Muito embora os monitores, em sua maioria, tivessem realizado estudos adicionais previstos na Legislação Federal no Centro de Formação de Pessoal do MEPES, e participado dos programas de capacitação docente promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, esses estudos não lhes conferiram a qualificação legalmente exigida para atuarem no nível de ensino oferecido pela escola, por falta de reconhecimento pelos órgãos do sistema.

As metas estabelecidas para esta política de capacitação docente em nível local já estão sendo

alcançadas. É preciso que o Poder Público Estadual, através de sua Secretaria de Educação, preste a devida assessoria técnica ao município para o reconhecimento formal do curso de formação para o magistério.

A equipe da Secretaria Municipal de Educação se ressentiu da falta de condições para avaliar esta e outras experiências implementadas e retomar ações para corrigir as possíveis distorções.

Alguns representantes do Conselho Administrativo e pais de alunos apontaram para a necessidade de maior apoio às escolas, no sentido de lhes garantir melhores condições de funcionamento, tais como: construção e/ou ampliação de espaços físicos, garantia de uso do prédio já construído, mobiliário, materiais didáticos e utensílios, ampliação de áreas para desenvolvimento de projeto agrícola, outros programas de reciclagem, aumento do número de sessões de planejamento integrado e de assessorias pedagógicas, bem como maior envolvimento de alguns pais e comunidade.

Esses pontos são temas de discussão nas reuniões da Comissão Municipal de Escolas Comunitárias Rurais, tendo em vista sua função de acompanhar e avaliar o andamento dessas escolas.

A continuidade dessa experiência em 1993 ainda é incerta, o que gera um clima de insegurança e de apreensão entre todos, a tal ponto que os Conselhos Administrativos das escolas já começaram a se movimentar para garantir que as Escolas Comunitárias Rurais sobrevivam e se expandam.

A experiência educacional das Escolas Comunitárias Rurais ainda não se consolidou totalmente. Entretanto, conta com a total aceitação de todos os segmentos envolvidos no projeto. A escola ganhou prestígio no seio da comunidade porque veio ao encontro dos seus anseios:

- considerou a realidade rural como ponto de partida e de chegada do processo educativo da criança do campo, sem afastá-la desse meio;
- atuou como agente provocador de mudança de hábitos e do nível de consciência da população do campo;
- tem contribuído para a redução dos índices de evasão na área rural;
- tem contribuído para universalizar o acesso à escola de todas as crianças da zona rural.

Há consenso entre pais de alunos, líderes da comunidade, equipes de monitores e demais órgãos envolvidos com a experiência de que lhe deve ser assegurada continuidade, e que é possível e desejável sua expansão a outras comunidades. Para isso, contribuiu, inclusive, a aliança que se fez entre a Administração Municipal e a comunidade, permitindo que os gastos com o projeto fossem partilhados e, conseqüentemente, que os custos fossem divididos entre as partes.

Ainda com relação à experiência, merece destaque a autonomia pedagógica e administrativa que a escola ganhou com a adoção do novo Padrão de Gestão. A equipe de monitores tem autonomia para discutir e tomar decisões sobre questões da escola, sem ficar na dependência de iniciativas da Secretaria Municipal de Educação.

As atividades curriculares planejadas e desenvolvidas em função da metodologia proposta para as Escolas Comunitárias Rurais demandam alto nível de envolvimento do professor, exigindo-lhe dedicação exclusiva aos trabalhos. Ao mesmo tempo que lhe devem ser garantidas condições materiais, físicas e de capacitação para esse trabalho, devem também ser assegurados salários condizentes ao trabalho desenvolvido. Devido à situação econômica do município, é preciso viabilizar termos de cooperação entre Estado e Município, para que a Prefeitura possa continuar atuando na universalização do ensino fundamental.

As iniciativas para que se façam parcerias e/ou alianças devem ser incentivadas, principalmente pelo enriquecimento que podem trazer para a experiência como um todo.

ANEXOS

VII

1. Metodologia da Pesquisa

1.1 Informação Geral

A análise e o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito de diferentes municípios do país envolveram várias fases de trabalho. Já no início do 2º semestre/92, uma equipe do CENPEC procedeu a um levantamento de publicações – revistas, jornais ou outros periódicos – que pudessem conter algumas indicações sobre projetos educacionais municipais. Foram resumidas aproximadamente 100 experiências e selecionadas somente as que abrangiam o sistema escolar como um todo. Esses levantamentos, assim como outros já realizados ou de conhecimento do próprio UNICEF, possibilitaram a escolha criteriosa de 15 municípios, selecionados entre aqueles considerados de porte grande, médio e pequeno, localizados em nove Estados brasileiros.

Para formação das equipes de trabalho optou-se pela escolha de dois profissionais de cada Estado, sendo um com experiência na área educacional e outro na área das Ciências Sociais, no intuito de garantir uma apreensão mais abrangente de cada uma das experiências.

O material para coleta de dados, elaborado pelo CENPEC, constou de diferentes instrumentos com orientações sobre os procedimentos gerais a serem seguidos, roteiro de entrevistas, fichas de caracterização e identificação do município e da escola, orientação sobre a metodologia do trabalho de campo e elaboração do relatório.

O procedimento adotado não teve a preocupação de impor roteiros de observação ou de entrevistas rígidas. Ao contrário, procurou-se respeitar a diversidade de cada experiência e, ao mesmo tempo, preservar a uniformidade, adotando-se como diretriz única a metodologia reco-

mendada no documento *Procedimento para uma Avaliação Rápida*, UNICEF.

Dessa forma, tanto os roteiros de entrevistas, como as fichas para levantamento de dados do município ou das escolas, embora feitos de forma a conduzir as observações para a elaboração do relatório, podiam ser complementadas de acordo com o entrevistado e a natureza da experiência.

Visando garantir uniformidade nos indicadores educacionais para a elaboração do relatório final, estruturou-se um instrumento único, no qual deveriam ser registrados dados básicos e que normalmente são preenchidos pelos municípios para serem enviados ao Ministério de Educação. No entanto, os dados coletados diferem da metodologia adotada nos procedimentos dos indicadores do MEC.

Assim, a leitura comparativa entre os dados coletados nos municípios e aqueles retirados das publicações oficiais do MEC, para 1989, apresentam diferenças, principalmente quando referentes a número de estabelecimentos.

A análise dos dados procurou pautar-se por uma reflexão criteriosa e crítica, a partir de fatores colocados como prioritários para análise, a saber: a promoção de oportunidades de educação infantil; a universalização do acesso à escola e a democratização da permanência das crianças excluídas do sistema; a melhoria das condições da escola e do ensino; a diminuição da repetência e da evasão; a valorização do professor; a democratização da gestão escolar com participação da comunidade; a modernização dos sistemas de gestão; e a criação de oportunidades educacionais para toda a população.

1.2 No Município de Jaguaré

O trabalho de campo que objetivou o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito do município de Jaguaré/ES realizou-se nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1992. Entretanto, foram feitos contatos anteriores com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU/ES), com professores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e com o IBGE, no sentido de se poder estabelecer um quadro inicial das ações educacionais ali implementadas, bem como de se levantar dados sócio-econômicos e educacionais que permitissem a caracterização do município.

Alguns desses dados não puderam ser obtidos visto que, em 1980, Jaguaré ainda não se emancipara do município de São Mateus, o IBGE não concluiu todas as análises relativas ao Censo de 1990 e a SEDU/ES encontrava-se em fase de reorganização de suas estatísticas para a completa informatização do setor. Na medida do possível, porém, esses dados foram complementados junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SEMEC) e ao Subnúcleo Regional de Educação do Município.

Em Jaguaré, foram realizados contatos com o prefeito municipal e com o grupo técnico-administrativo da SEMEC, composto da secretária de Educação, do coordenador pedagógico das escolas de 1º grau e do coordenador pedagógico das creches e pré-escolas. Também compôs esse grupo a professora que, ainda na atual gestão, ocupara o cargo de secretária de Educação. Além desses contatos, foram entrevistados coordenadores (diretores), professores, pais de alunos de escolas da rede visitadas ou não, representantes da comunidade e membros do Conselho Administrativo das escolas.

As entrevistas realizaram-se na própria SEMEC e nos seguintes locais: Escola Comunitária Rural de São João Bosco, Escola Alternativa Municipal Boa Vista II e Escola Municipal Unidocente de Santa Rita. As visitas se estenderam, ainda, à Escola Comunitária Rural de Giral, mas seu coordenador e equipe de monitores bem como os da Escola Comunitária Rural de Japira foram entrevistados na SEMEC, uma vez que se encontravam na sede para a realização de reuniões de grupos de estudo.

A equipe de pesquisadores, composta de uma assistente social e uma educadora, encaminhou as entrevistas e fez as observações de campo ao longo das visitas às unidades mencionadas, dedicando especial atenção à experiência das Escolas Comunitárias Rurais.

A equipe procurou recolher, junto aos setores que desenvolviam a experiência, documentos que continham seus pressupostos e diretrizes ou que se relacionavam indiretamente à sua implementação, tendo em vista que uma análise posterior e cuidadosa da proposta e de sua implementação à luz dos subsídios contidos nesse material possibilitaria melhor compreensão da dinâmica do processo em seus diferentes aspectos, além de uma comparação entre o proposto e o realizado.

Todas as ações compreendidas no estudo pretenderam o conhecimento mais amplo e objetivo da experiência. A metodologia adotada permitiu que a experiência de Jaguaré fosse abordada a partir da visão dos diversos sujeitos envolvidos.